

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A 4 de Setembro de 2020, o Governo anunciou, com pompa e circunstância – e na sequência de se terem verificado mais de 700 mortes de idosos em lares portugueses –, a criação das Brigadas de Intervenção Rápida (BIR) em Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI), sendo assinado, para esse efeito, um protocolo entre o Instituto da Segurança Social (ISS) e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

Segundo referiu, então, a Ministra do Trabalho e Segurança Social (MTSS), essas brigadas deveriam garantir uma resposta “pronta” quando as ERPI (designadamente lares) ficassem sem pessoal devido a surtos graves de Covid-19, considerando-as “um instrumento novo para procurar antecipar e reforçar a capacidade para estarmos preparados para o outono”.

As referidas brigadas deveriam integrar cerca de 400 profissionais, de entre médicos, enfermeiros, psicólogos e auxiliares de técnicos de lares, mas, no final de setembro, o ISS, confirmando embora que as BIR entrarão em funcionamento no início de Outubro, informou que as mesmas terão menos 61 profissionais (29 enfermeiros e 34 auxiliares), do que os inicialmente anunciados, além de que os médicos, os psicólogos e os enfermeiros ficarão em regime de intervenção de prevenção (*on-call*). Acresce que os médicos e psicólogos são disponibilizados por uma empresa de trabalho temporário.

O facto de os médicos não estarem em regime presencial, além de pertencerem a empresas de prestação de serviços, inviabiliza uma atuação de emergência médica por parte das BIR, que se assemelharão mais a “equipas de pessoal para limpeza, higiene, alimentação e demais cuidados a quem é idoso e institucionalizado (...), além de algum apoio em saúde”.

A CVP ficou incumbida de recrutar os profissionais e de formar as equipas das BIR, prevendo o orçamento do ISS três milhões de euros para a constituição das mesmas.

Foi ainda noticiado que a Ordem dos Médicos defendia a criação de equipas multidisciplinares diferenciadas, para garantir a presença de médicos diferenciados de três áreas distintas —

saúde pública, covid-19 e emergência — mas não esteve envolvida no processo.

De referir, finalmente, que, a 26 de setembro de 2020, o gabinete da MTSS não esclarecia, ainda, quantas equipas já foram formadas e quantos profissionais foram contratados, argumentando que “a operacionalização das brigadas é feita pela Cruz Vermelha e pelo ISS”, sendo a estas entidades que as perguntas “devem ser remetidas”, assim revelando um desconhecimento insólito e incompreensível quando foi a MTSS que anunciou o projeto.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas:

1. Exatamente quantos profissionais compõem atualmente as denominadas Brigadas de Intervenção Rápida e qual é a previsão da sua composição até ao final do ano?
2. É verdade que os profissionais de saúde, designadamente médicos, psicólogos e enfermeiros participarão nas brigadas em regime de intervenção de prevenção (*on-call*), ou seja, de forma não presencial?
3. A atuação das brigadas será mais de limpeza e higiene ou também ao nível de emergência médica, fazendo uma abordagem de reação ou também preventiva?
4. Quantas brigadas estão operacionais a 2 de outubro de 2020 e com que localização?
5. Quantos profissionais, designadamente médicos, psicólogos, enfermeiros e auxiliares integram e integrarão até ao final do ano cada brigada?
6. Que entidade vai gerir essas brigadas e qual será o orçamento anual das mesmas?
7. É verdade a Ordem dos Médicos não esteve envolvida nem foi consultada no processo de criação das brigadas?

Palácio de São Bento, 2 de outubro de 2020

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

ALBERTO MACHADO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

LINA LOPES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

Deputado(a)s

SANDRA PEREIRA(PSD)

ÁLVARO ALMEIDA(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)